



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 30/2025

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo, no uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 72 da Lei Orgânica, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi **VETAR INTEGRALMENTE POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** o Projeto de Lei nº 4731/2025, que *“dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de outros municípios ou estados, que celebrem contratos continuados com órgãos públicos para execução de atividades em Porto Velho, a estabelecerem filial no município, e dá outras providências”*.

Consultada, a Procuradoria Geral do Município orientou no seguinte sentido:

“O projeto dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de outros municípios ou estados, que firmarem contratos administrativos continuados com órgãos públicos em Porto Velho, a abrirem filial no Município, caso os contratos ultrapassem 12 meses e R\$2 milhões. Impõe obrigações acessórias e sanções administrativas em caso de descumprimento.

3.1. Vício de Iniciativa Legislativa: Nos termos do **art. 61, §1º, II, "e" da Constituição Federal**, aplicável aos Municípios por simetria, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo a proposição de leis que disponham sobre a **organização da administração pública, regime jurídico de contratos administrativos e obrigações fiscais e regulatórias relativas à contratação pública**.

O projeto em análise impõe obrigações às empresas contratadas, altera requisitos de editais e impõe comandos administrativos aos órgãos da Administração Direta (exemplo: SEMAD), matérias estas, que se inserem **no núcleo de competências privativas do Executivo**.

No tocante, a instituição de atribuições para órgãos ou secretarias, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, tem consolidado entendimento que esse tipo de lei é inconstitucional, senão vejamos:

“TJ/RO - Ação declaratória de inconstitucionalidade. Norma municipal. Lei n. 2.948/22. Atribuição de secretarias e órgãos municipais. Usurpação da iniciativa privativa do chefe do Executivo. Ofensa à separação dos poderes. Vício de inconstitucionalidade formal. A Constituição do Estado de Rondônia assegura ao chefe do Executivo Municipal a iniciativa privativa de leis que, dentre outros, disponham sobre servidores públicos municipais. A Lei Complementar n. 2.948/22, do Município de Porto Velho, padece de inconstitucionalidade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

formal à medida que usurpou a prerrogativa do chefe do Executivo de iniciar projeto de lei que disponha acerca de atribuições de secretaria e órgãos do Poder Executivo Municipal, afetando a organização e funcionamento da Administração Pública. Declarada a inconstitucionalidade da lei com efeitos ex tunc. TJRO - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, Processo nº 0801571-81.2023.8.22.0000, Tribunal Pleno Judiciário / Gabinete Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, Relator(a) do Acórdão: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA Data de julgamento: 17/05/2024.”

No bojo dos artigos 1º a 6º do projeto de lei, é possível verificar a instituição de comandos para órgãos e secretarias do município, bem como para empresas que vierem firmar contrato com a municipalidade, a obrigatoriedade de estabelecer no município filial no prazo de 60 (sessenta) dias após assinatura do contrato.

3.2. Violação ao Princípio da Separação dos Poderes:

O art. 2º da Constituição Federal e o art. 6º da Lei Orgânica do Município de Porto Velho consagram a independência e harmonia entre os Poderes. Ao impor ao Executivo a obrigação de incluir cláusulas específicas em editais de licitação, exigir da Secretaria Municipal de Administração condutas administrativas específicas, e instituir sanções administrativas, o Legislativo **avança indevidamente sobre competências típicas da Administração**, configurando ingerência legislativa indevida.

A jurisprudência do STF tem sido firme nesse sentido:

“STF - É inconstitucional qualquer tentativa do Poder Legislativo de definir previamente conteúdos ou estabelecer prazos para que o Poder Executivo, em relação às matérias afetas a sua iniciativa, apresente proposições legislativas, mesmo em sede da Constituição estadual, porquanto ofende, na seara administrativa, a garantia de gestão superior dada ao Chefe daquele poder. (ADI 179, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 19-02-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-062 DIVULG 27-03-2014 PUBLIC 28-03-2014 RTJ VOL-00228-01 PP-00025)”

Desse modo, encontramos óbice jurídico ao projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal **em razão de Inconstitucionalidade Formal**, o qual orientamos pelo Veto Integral do PL.”

Essas, senhores Vereadores, são as razões que me levaram a **VETAR INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Câmara Municipal.

Porto Velho – RO, 02 de maio de 2025.

(assinado digitalmente)

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito



Assinado por **Leonardo Barreto De Moraes** - Prefeito - Em: 02/05/2025, 18:51:01